

# A relação cristianismo-judaísmo problematizada em O Anticristo

## *The christianism-judaism relationship problematized in The Antichrist*

Kassio Flores Passos LOPES<sup>1</sup>  
 0000-0002-2165-763X

### Resumo

Este escrito procura elucidar o aforismo 44 de “O Anticristo”, em que Nietzsche parece assinalar a perspectiva de que a constituição do cristianismo primitivo seria a consequência de um andamento histórico em que, para a “comunidade inicial” cristã sobreviver e conservar-se, fez-se necessário um falseamento psicológico, moral e religioso de sua própria história, assim como antes fizeram os judeus no período de sua decadência nacional. Para a realização dessa tarefa, destacar-se-á o posicionamento de Nietzsche em “O Anticristo” em relação ao judaísmo histórico, à suposta corrupção psicológica, moral e religiosa operacionalizada pelos sacerdotes judeus no período pós-exílico que confluiria para a repetição histórica do método de autoconservação judeu por parte do cristianismo primitivo.

**Palavras-chave:** Autoconservação. Corrupção. História. Moral. Religião.

### Abstract

*The purpose of this text is to try to elucidate Aphorism 44 of The Antichrist. In it, Nietzsche seems to point out that the constitution of primitive Christianity would be the consequence of a historical progress in which, for the Christian “initial community” to survive and conserve itself, a psychological, moral, and religious falsification of their own history was necessary, just as the Jews had done in the period of their national decline. To accomplish this task, we will highlight Nietzsche’s position in relation to historical Judaism as developed in this book, the supposed psychological, moral, and religious corruption operationalized by the Jewish priests in the post-exilic period that would converge to the historical repetition of the Jewish method of self-preservation by the primitive Christianity.*

**Keywords:** Self- conservation. Corruption. Story. Moral. Religion.

### Introdução

Este texto busca compreender o aforismo 44 de “O Anticristo”, livro escrito por Nietzsche em seu derradeiro ano de produção filosófica (1888) e que consiste em uma importantíssima porta para adentrar nos últimos pensamentos e compreensões do filósofo de Turim. Especificamente no aforismo em questão,

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia. R. Monte Alegre, 984, Perdizes, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <kassiofplopes@hotmail.com>.

já em sua conclusão, Nietzsche parece apontar para a perspectiva de que a gênese do cristianismo teria ocorrido como resultado de um imbricamento histórico em que não haveria outra escolha para garantir a sobrevivência da “comunidade inicial” cristã a não ser a de conservar-se por meio de um falseamento psicológico, moral e religioso de sua própria história:

Essa inteira fatalidade só foi possibilitada por já estar no mundo uma mania de grandeza aparentada, aparentada pela raça, a judaica: tão logo o abismo entre judeus e judeus cristãos se rasgou, não restou a estes últimos nenhuma escolha, a não ser empregar as mesmas proceduras de autoconservação que o instinto judeu aconselhava, contra os próprios judeus, enquanto os judeus até então as haviam empregado meramente contra todo o não-judaico. O cristão é apenas um judeu de confissão “mais livre” (NIETZSCHE, 1978, p. 353, grifo do autor).

Para o filósofo, com essa reinterpretação corrupta, o cristianismo teria enganado a “humanidade inteira, até mesmo as melhores cabeças dos melhores tempos” (NIETZSCHE, 1978, p. 353). Diante disso, a questão que interessa aqui é: Como se deu esse imbricamento histórico, segundo a perspectiva de Nietzsche, em que a “comunidade inicial” dos cristãos se viu sem “outra escolha” a não ser a de repetir a história no que diz respeito ao procedimento autoconservador de falseamento religioso e moral? É precisamente o que este artigo busca explicar à luz de “O Anticristo”. Para tanto, é importante compreender o contexto do aforismo 44, a fim de que essas palavras de Nietzsche sejam situadas no conjunto de seu escrito. Na leitura de “O Anticristo”, nota-se que a partir do aforismo 39 o filósofo propõe-se a contar a história “genuína” do cristianismo e de seu nascimento.

Na realidade, Nietzsche está retomando a releitura genealógica que já havia iniciado no trecho que se estende entre os aforismos 24 a 26 desse mesmo livro. Desse modo, no trecho entre os aforismos 39 a 43, a ênfase do filósofo é mostrar que, em seu modo de examinar genealógicamente, a morte do personagem histórico Jesus teria sido o ponto central para uma completa falsificação religiosa-histórica-moral elaborada pelos seus primeiros discípulos. Nessa perspectiva, com a morte do galileu, sua prática de não resistência e de amor incondicional a todos foi suplantada por uma reinterpretação vingativa e ressentida feita pelos seus discípulos, que estavam inconformados com sua morte, criando, por meio dessa nova interpretação teológica, uma forma de vingança contra aqueles que o mataram, tanto os judeus quanto os romanos. Segundo Nietzsche, verifica-se no interior da primeira comunidade cristã uma corrupção acerca do tipo psicológico de Jesus e de sua prática histórica. Essa corrupção, aos olhos do filósofo, poderia ser vista nos Evangelhos escritos pelos primeiros cristãos:

Os Evangelhos são inestimáveis como testemunho da corrupção já incontável *no interior* da primeira comunidade. O que Paulo, mais tarde, com o cinismo lógico de um rabino, levou até o fim, era, a despeito disso, meramente o processo de degradação que começou com a morte do redentor. – Esses Evangelhos, nenhuma precaução é bastante para lê-los; eles têm suas dificuldades por trás de cada palavra. Confesso, ninguém me levará a mal, que justamente por isso são para um psicólogo um contentamento de primeira ordem – como o oposto de toda corrupção ingênua, como o refinamento par *excellence*, como arte de corrupção psicológica. Os Evangelhos estão sozinhos. A bíblia em geral não tolera nenhuma comparação. Estamos entre judeus: *primeiro* ponto de vista, para aqui não perder totalmente os fios. O disfarçar-se de “santo”, que aqui se torna francamente gênio, nunca alcançado nem de perto entre outros livros e homens, essa falsificação de moedas na palavra e nos gestos, como arte, não é o acaso de algum talento singular, de alguma natureza excepcional. Isso requer raça. No cristianismo, como arte de mentir santamente, o judaísmo inteiro, um mais que centenário e mais que sério exercício propedêutico e técnica judaicos, chega à sua última maestria. O cristão, essa última *ratio* da mentira, é o judeu mais uma vez – *três vezes*, até ... A vontade fundamental de empregar somente conceitos, símbolos,

atitudes, que estão comprovados na praxe do padre, a recusa instintiva de toda *outra praxe*, de toda *outra* espécie de perspectiva de valor e de utilidade - isso não é somente tradição, isso é herança: somente como *herança* faz efeito de natureza (NIETZSCHE, 1978, p. 354, grifos do autor)<sup>2</sup>.

Nietzsche afirma que a corrupção começa com a “comunidade inicial”, os primeiros cristãos, e que Paulo mais tarde teria conduzido a termo esse processo de falseamento. Tanto a corrupção realizada pela comunidade inicial quanto a de Paulo inserem-se no processo histórico de declínio do cristianismo primitivo que conseqüentemente se sucedeu à morte de Jesus, comenta Nietzsche. Para o filósofo, essa falsificação é, sobretudo, psicológica, mas é operada complexamente de modo histórico, religioso e moral. Não por menos Nietzsche via traços de um refinamento na arte de “corrupção psicológica” empreendida pelo cristianismo primitivo. Não somente os Evangelhos, mas toda a Bíblia para Nietzsche é testemunho dessa corrupção. A razão é que não apenas o Novo Testamento, desenvolvido entre judeus cristãos, mas também o Antigo Testamento – que é fruto histórico da nação judaica –, seriam uma amostra de corrupção de um mesmo povo; nesse caso, o judeu.

“Estamos entre judeus”, afirma Nietzsche. Em outras palavras, como tanto as escrituras do Novo quanto do Antigo Testamento foram desenvolvidas entre os judeus, não deveria causar espanto encontrar nessa literatura algum tipo de corrupção psicológica. Assim, Nietzsche passa a definir os judeus como um povo marcado pela dissimulação, falsificação, mentira e mendacidade. Aos olhos de Nietzsche, o fato de os cristãos judeus terem produzido uma obra corrompida, como os Evangelhos, se explica não por mera coincidência ou acaso, mas porque os primeiros cristãos eram simplesmente judeus. Os cristãos são tidos como o refinamento da técnica de corrupção psicológica de efeitos históricos, religiosos e morais, de falseamento, da mentira, da mendacidade desenvolvida milenarmente pelo povo judeu e por fim chegando à sua perfeição entre os judeus cristãos, discípulos do nazareno. Mas por que o judaísmo é tido por Nietzsche em tons tão nefastos?

## A compreensão nietzschiana acerca do judaísmo histórico

É preciso deixar claro que Nietzsche toma o judaísmo em “O Anticristo” analisando certos momentos históricos desse povo, reinterpretando a história deles à luz de seu propósito de desvelar o cristianismo como um movimento *décadent*<sup>3</sup>. Nesse mesmo escrito, por exemplo, Nietzsche mostrará momentos históricos do povo judeu sobre os quais ele se posicionará de modo extremamente amigável empregando um sentido de positividade, como é possível ver nos aforismos 24 a 26. Também em “Além do bem e do mal”, escrito de 1887, Nietzsche se coloca contra o antissemitismo de Richard Wagner. Nesse escrito, na parte VIII, intitulada “Povos e pátrias”, no aforismo 251, Nietzsche (2005, p. 159) diz que “os judeus são, sem qualquer dúvida, a raça mais forte, mais tenaz e mais pura que atualmente vive na Europa”. Nesse aforismo, Nietzsche toma distância de seus contemporâneos alemães, que se indispunham com os judeus, desfazendo assim qualquer preconceito racial para contra eles.

<sup>2</sup> Com exceção do aforismo 44 de “O Anticristo”, cuja tradução foi feita por Rubens Torres Filho e publicada na coleção “Os pensadores”, em 1978, os demais aforismos citados são traduções dos textos nietzschianos de Paulo César de Souza, publicados no Brasil pela editora Companhia das Letras.

<sup>3</sup> Nietzsche, na fase final de seus escritos, mantém a grafia francesa para se referir a um decadente ou à decadência, razão pela qual usa-se, neste artigo, as palavras *décadent* e *décadence*.

Isso deve livrar o leitor de cometer um juízo temerário quanto a qualquer antissemitismo por parte de Nietzsche, além de lembrá-lo da importância de ler atentamente o filólogo<sup>4</sup>. Assim, em “O Anticristo” Nietzsche estava remontando a origem da *décadence* ressentida encontrada no cristianismo, ao que ele denominou “instinto judeu”, já nos aforismos 24 a 26. Naquele ponto ele insistiu “em que a religião cristã, comparada ao ‘povo santo’, em nada poderia reivindicar uma originalidade, uma criação ou uma separação absoluta em relação àquele povo [judeu]” (ALMEIDA, 2005, p. 181). O filósofo entendeu ser necessário perfazer genealogicamente a história judaica a fim de indicar como o ressentimento desdobrou-se do judaísmo para o cristianismo, operacionalizando de modo cada vez mais nocivo uma interpretação religiosa “decadente”.

Essa análise não é meramente histórica no sentido tradicional do termo. Nietzsche procura os “instintos” e “estados fisiopsicológicos” que se manifestaram nos acontecimentos históricos da nação de Israel e que geraram os desdobramentos socioculturais, religiosos e morais que levaram até à gênese do cristianismo e de seu ressentimento na palestina do primeiro século. Nietzsche propõe explicar como surge o cristianismo destacando primeiramente que ele é um desdobramento natural do próprio judaísmo e não um contramovimento ou uma ruptura absoluta. Segundo o filósofo, o cristianismo deve ser “entendido unicamente a partir do solo em que cresceu – ele não é um movimento contra o instinto judeu, é sua própria consequência, uma inferência mais em sua lógica apavorante” (NIETZSCHE, 2007, p. 28).

Deve-se pontuar, para compreender a perspectiva do filósofo, que em “O Anticristo” Nietzsche trata da história dos judeus em dois períodos: o ascendente e o declinante ou, se preferir, a “grande época” e a “época de declínio” do povo israelita (NIETZSCHE, 2007, p. 31). Para o filósofo, é como se houvessem dois tipos de judaísmo: um que ele entende de modo positivo e outro que ele se põe a criticar em seu texto. Nietzsche chama o desdobramento da “época de ouro” do judaísmo ao período declinante de um processo histórico de “desnaturação dos valores naturais”. O filósofo assegura: “A história de Israel é inestimável, como história típica da desnaturação dos valores naturais” (NIETZSCHE, 2007, p. 29, grifo do autor).

Antes de pormenorizar o processo de desnaturação através do qual Israel deslocou-se de sua “grande época” para a sua “época de declínio”, é preciso ter em mente do que se tratam especificamente essas duas épocas do judaísmo para Nietzsche. Aqui é preciso explicitar a relativa “dívida” de Nietzsche para com o orientalista e teólogo Julius Wellhausen, cujo livro *Prolegomena zur Geschichte Israels* (Prolegomena sobre a história de Israel), de 1878, o filósofo teria lido e sobre o qual teria realizado “muitas anotações” (COHEN-HALIMI, 2016, p. 68). Nietzsche subsumiu a leitura de Wellhausen dentro de sua perspectiva peculiar sobre o cristianismo, operando uma releitura do judaísmo e da gênese da religião cristã conforme suas abordagens filosóficas, como: vontade de poder, ressentimento, *décadence* e o niilismo. No escrito de Wellhausen lido por Nietzsche, o autor problematiza questões relacionadas à composição dos cinco primeiros livros da Bíblia (a *Torah*, em hebraico), desenvolvendo a “hipótese documental” do Pentateuco pela qual reconstrói a história do povo de Israel.

Wellhausen afirmou que os profetas do Antigo Testamento viveram antes da outorga da Lei. Ele chegou a essa conclusão em parte por meio de seu estudo do Antigo Testamento, ao julgar que os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis mostram pouco conhecimento das leis do Pentateuco, e em parte por causa de sua pressuposição de que todas as coisas se movem do simples para o complexo e da liberdade para o autoritarismo (SMITH, 2001, p. 33).

<sup>4</sup> Para uma reflexão mais recente sobre a questão do antissemitismo e a posição de Nietzsche sobre o judaísmo, é valioso o escrito Nietzsche’s Jewish problem: between anti-semitism and anti-judaism (HOLUB, 2015).

Nessa perspectiva, o que se apresentaria na *Torah* seria muito mais o retrato posterior do judaísmo: uma época mais complexa e desenvolvida do ponto de vista social e religioso, onde o autoritarismo já estivesse manifesto através da regulamentação rígida de leis, do que um retrato fiel e descritivo de eras antigüíssimas da nação de Israel – como se cria até então no século XVIII. O Pentateuco, segundo Wellhausen, seria uma amálgama de teologias e de escolas de interpretação que se deram na história mais recente de Israel. Essa compreensão de Wellhausen, por certo, dissolve plenamente a unidade da *Torah*. “O Pentateuco, que relata a origem do mundo e do povo hebreu até a morte de Moisés, procede, portanto, de uma compilação de tradições teológicas diferentes” (COHEN-HALIMI, 2016, p. 67). As correntes interpretativas judaicas que compunham os cinco primeiros livros da Bíblia foram caracterizadas por Wellhausen do seguinte modo:

O Pentateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio), que constitui a *Torah* (a Lei), nos dá, além de diversos relatos históricos, um conjunto considerável de prescrições religiosas, culturais, ritualísticas e jurídicas. Ele foi redigido por autores distintos a partir de quatro documentos de espírito e idades diferentes: a) o documento Javista (J) onde o Deus de Israel é chamado de YHWH. Esse documento data do século IX, ou seja, da época do reino de Salomão; b) o documento Eloísta (E) no qual o Deus de Israel é chamado de Elohim. Esse documento, um pouco mais tardio, data do século VIII. Ele foi associado ao precedente por representar um Deus que acompanha seu povo e realiza suas promessas; c) o Deuteronômio (D), redigido por volta de 750-620, concentra atenção sobre a Aliança, a obediência à Lei e a submissão exclusiva à autoridade de Javé; d) o código sacerdotal, escrito por volta de 500, isto é, no início do período pós-exílio, insiste sobre a soberania transcendente de Deus, sobre a importância da meditação e das instituições sacerdotais (COHEN-HALIMI, 2016, p. 67, grifo do autor).

Com a hipótese documentária do Pentateuco, os textos passaram a ser lidos como retratos de determinadas épocas da nação de Israel em diferentes momentos de toda a sua história “na qual a Lei, longe de ser a fonte de Israel, surge na última sequência pós-exílio (Segundo Templo) dessa história, sequência caracterizada pela decadência e pela ritualização” (COHEN-HALIMI, 2016, p. 68). Esse último período de *décadence* judaica, marcado pela ritualização, seria o período da proeminência sacerdotal em Israel no século V antes de Cristo. Foi precisamente essa compreensão de Wellhausen que chamou a atenção de Nietzsche na teologia do Antigo Testamento que ele desenvolveu; isso é, relacionar o código sacerdotal ao período de declínio da história de Israel<sup>5</sup>.

Desse modo, é na continuação do aforismo 25 de “O Anticristo” que Nietzsche aponta que a “grande época” de Israel, à qual se refere no aforismo 26, consistia na “época dos reis”. “Nietzsche considera a época dos reis o período mais rico, mais próspero e poderoso da história de Israel” (ALMEIDA, 2005, p. 188). Nietzsche afirma: “originalmente, sobretudo na época dos reis, também Israel achava-se na relação correta, ou seja, natural, com todas as coisas” (NIETZSCHE, 2007, p. 29). O filósofo chama de “natural” e “correta” a relação do povo de Israel com a divindade, a natureza, a moral, etc. Segundo Nietzsche, o conceito que Israel nutria de Javé nessa “grande época” era uma manifestação da “consciência de poder”, “da alegria consigo, da esperança por si” (NIETZSCHE, 2007, p. 29). “Javé era a manifestação da consciência que esse povo tinha da sua própria soberania e da sua própria potência, da sua alegria de viver e de contar com os seus próprios meios e a sua própria força” (ALMEIDA, 2005, p. 188).

Sob o nome da divindade israelita, encontra-se a “formação de um povo que glorifica as condições e empreendimentos favorecedores de sua plenitude. Iahweh é, portanto, o signo da autoafirmação de

<sup>5</sup> A leitura da história do povo judeu partindo de sua época ascendente para a decadente está posta na obra de Wellhausen e os excertos dessa leitura aparecem claramente em “O Anticristo”, como se pode notar, não apenas nos aforismos 24 a 26, mas também do 44 ao 49.

Israel" (CABRAL, 2014, p. 447). Para Nietzsche, o modo como a nação entendia seu deus, como sendo favorável a ela, dando-lhe vitória, livramentos e dádivas da natureza de modo abundante, revela as condições fisiopsicológicas por trás dessa crença como sendo ascendentes, afirmativas da vida, expressão de instintos fortes do povo em si. Nietzsche enxerga num deus poderoso, afirmativo e vitorioso, o reflexo das condições fisiopsicológicas de um povo que auto se afirma. "Uma coisa é certa: ao analisar a época dos reis, Nietzsche está querendo mostrar que nela o povo de Israel é uma configuração social do caráter ascendente da vontade de poder" (CABRAL, 2014, p. 447). Nietzsche explicita:

Javé é o deus de Israel e, por conseguinte, deus da justiça: a lógica de todo povo que está no poder e tem boa consciência. No culto festivo se exprimem esses dois lados da auto-afirmação de um povo: ele é grato pelas grandes vicissitudes mediante as quais subiu ao topo, ele é grato no tocante ao ciclo anual das estações e à boa fortuna na pecuária e agricultura (NIETZSCHE, 2007, p. 30).

Javé, nessa "grande época" como "lógica de todo povo que está no poder", emerge como "deus da justiça" que julga os inimigos dos hebreus dando vitória ao povo, que está do lado dele. Não é um deus que está contra a sua própria nação (como acontecerá quando Israel passar a sentir-se culpado diante dessa divindade, sempre em dívida pela interpretação sacerdotal, segundo o filósofo). Para Nietzsche, a autoafirmação do povo de Israel na época dos reis transparece na afirmatividade e positividade do conceito que o povo nutria de seu deus nesse período. Está em jogo em "O Anticristo" o fato de que as expressões religiosas de um povo refletem a vontade de potência que valora o conceito de divindade. Para Nietzsche, essa vontade de potência pode se configurar de modo ascendente ou declinante; afirmativo ou negador da efetividade. "Um povo decadente só pode criar deuses da vingança e do ressentimento. Já um povo prospero e fecundo engendra e venera somente deuses fortes, potentes, cruéis afirmativos e exuberantes" (ALMEIDA, 2005, p. 194).

A caracterização nietzschiana do período dos reis, a grande época de Israel, reflete a concepção de Wellhausen, que "acreditava que a religião do Antigo Testamento se desenvolveu a partir da religião natural. Por trás dos sacrifícios e rituais de Israel estavam as festas agrícolas de seus vizinhos pagãos" (SMITH, 2001, p. 33). Postulando que a Lei Mosaica na forma como aparece no Antigo Testamento foi desenvolvida num período tardio e declinante da história de Israel, Wellhausen destaca que o povo hebreu em seus primórdios não era regulado por uma forma complexa de leis como se imaginava<sup>6</sup>.

É dessa maneira que Nietzsche caracteriza a grande época de Israel; a época da realeza hebraica. Entrementes, na continuação do aforismo 25 de "O Anticristo", Nietzsche explicita que esse estado afirmativo de coisas, conquanto tivesse permanecido ainda por demasiado tempo como ideal no seio da nação israelita, encontrou seu fim. A época dos reis foi abalada pela "anarquia interior", as crises políticas interiores presentes nos reinos judaicos posteriores ao monarca Davi<sup>7</sup>, e pela crise "exterior", expressa na ameaça da potência mundial da época, Assíria, que devastou e exerceu domínio sobre o norte de Israel no século VIII a.C. Contra a dissolução dessa "grande época", Nietzsche diz que "o povo reteve, como desiderato supremo, a visão de um rei que era bom soldado e juiz severo: sobretudo aquele típico

<sup>6</sup> Cabral comenta esse período áureo do antigo Israel: "[...] resta pensar que, no Israel antigo, seus personagens agiam de acordo com o livre jogo de seus impulsos. Não havia nenhum direito divino que, através do poder coercitivo de uma instituição de cunho político-moral-religioso, agisse como força de contenção da atividade dos impulsos. Antes, o direito divino estava subjugado à criatividade inerente aos indivíduos. Consequentemente, isso equivale a dizer que os homens agiam em obediência às suas 'naturezas', tanto o santo quanto o adúltero. Profetas falavam 'livremente', sem ser 'marionetados' por leis externas. Entretanto, eles agiam em conformidade com *lahweh*, o que equivale a dizer que havia uma feliz identidade entre presença de Deus e a liberdade das ações dos indivíduos" (CABRAL, 2014, p. 448).

<sup>7</sup> O neto de Davi, segundo o Antigo Testamento, por exemplo, foi o responsável pela divisão do reino judeu em dois: o reino do norte, com dez tribos, cuja capital se tornou Samaria e o reino do sul, contando com duas tribos e tendo Jerusalém como província.

profeta (ou seja, crítico e satirista do momento), Isaías – Mas toda esperança foi frustrada” (NIETZSCHE, 2007, p. 30).

O profeta hebreu Isaías é tido por Nietzsche como uma expressão de luta contra essa dissolução de Israel diante dessas crises internas e externas visando, com suas profecias, manter viva a ideia de um rei que fosse ao mesmo tempo “bom soldado e juiz severo”. Essas profecias mais tarde seriam entendidas como messiânicas, ou seja, prefigurações futurísticas sobre um vindouro rei guerreiro que pudesse libertar Israel de seu sofrimento, alude o filósofo. No entanto, segundo Nietzsche, “toda esperança foi frustrada” (2007, p. 30). O período áureo monárquico dos judeus estava eclipsando frente às crises incontornáveis que seguiam encontrando durante a dominação babilônica, sobretudo a catástrofe que ocorreu no século VI a.C., a saber, a destruição de Jerusalém e o exílio judeu resultante dele.

## A corrupção operada pela classe sacerdotal judaica no período pós-exílico

A dissolução desse período áureo do povo judeu, segundo Nietzsche, “serviu de condições de possibilidade na população de um novo jogo de forças que passou a apropriar-se da experiência de Deus e da condução de Israel” (CABRAL, 2014, p. 456). Como consequência desse processo de derrocada da “grande época” de Israel para seu declínio, Nietzsche explicita genealogicamente as metamorfoses das condições sociais, culturais, políticas, religiosas e fisiopsicológicas que engendraram uma mudança na conceituação da divindade judaica:

O velho Deus já não podia fazer o que fazia antes. Deviam tê-lo deixado. Que aconteceu? Mudaram seu conceito – desnaturaram seu conceito: a esse custo o mantiveram. – Javé, o deus da “justiça” – não mais uma unidade com Israel, expressão do amor-próprio de um povo: apenas um deus sujeito a condições... Seu conceito torna-se um instrumento nas mãos de agitadores sacerdotais, que passam a interpretar toda felicidade como recompensa, toda infelicidade como castigo por desobediência a Deus, como “pecado”: a mendacíssima maneira de interpretar de uma suposta “ordem moral do mundo”, com a qual o conceito natural de “causa” e “efeito” é definitivamente virado de cabeça para baixo. Tendo eliminado do mundo, com a recompensa e a punição, a causalidade natural, necessita-se de uma causalidade antinatural: toda a restante *inaturalidade* segue-se então. Um deus que exige – no lugar de um deus que ajuda, que encontra saídas, que é, no fundo, sinônimo de toda feliz inspiração de coragem e autoconfiança [...] (NIETZSCHE, 2007, p. 30, grifos do autor).

Segundo Nietzsche, o velho conceito de Deus, nutrido desde a grande época dos reis, evanesceu com as mudanças de condições em Israel; mas, ao invés de abandonarem a crença, os judeus do período pós-exílio mudaram seu conceito. Os gatilhos para a operacionalização dessa transmutação conceitual sobre a divindade de Israel foram, segundo Nietzsche, três fatores históricos dos quais dois já foram abordados: “a anarquia interior, a ameaça assíria exterior e a ascensão da classe sacerdotal” (ALMEIDA, 2005, p. 189).

Com a fragilização da monarquia atingindo a época de declínio da nação israelita ascende, a classe sacerdotal, responsável por operacionalizar a “mudança de conceito” de divindade, que antes consistia na consciência autoafirmativa de um povo, para uma concepção divina não “natural”, de acordo com o filósofo. Nietzsche chama esse processo de mudança conceitual de “desnaturação”. Os líderes desse

processo de autoconservação desnaturalizadora de sua divindade e de sua civilização não foram os reis, mas os sacerdotes. Na perspectiva de Nietzsche, restou “aos sacerdotes a tarefa de conservar Israel por meio dos ‘restos sagrados’ que sobraram da crise da monarquia, lançando mão de um Deus metafísico que se relaciona contratualmente com seu povo” (CABRAL, 2014, p. 460)<sup>8</sup>.

Os sacerdotes são responsabilizados por interpretar o ocaso da “grande época” dos reis e o infortúnio do declínio da nação de sua época como sendo um castigo de Deus por falhas para com a lei, com a aliança, com o contrato estabelecido entre ambos. A tese de Nietzsche é a de que o Deus de Israel não era mais uma unidade com o povo, pois agora a nação estava afastada pelo seu conceito de “pecado”. Javé deixou de ser uma manifestação fisiopsicológica do “amor-próprio de um povo” para uma expressão individual e coletiva de uma visão declinante de si, sempre em falha, culpada pela violação das condições ritualísticas e dos preceitos morais rígidos que agora operavam. Eles operaram uma “corrupção psicológica” sem igual em sua história. A partir desse momento histórico, “toda a felicidade se revela como uma retribuição da parte de Javé, e todo infortúnio é considerado uma punição pela desobediência a ele infligida, isto é, um ‘pecado’ contra Deus” (ALMEIDA, 2005 p. 189).

Paulatinamente, Israel abriu espaço para o surgimento do Código sacerdotal e da hegemonia do valor do culto. A observância do rito e das normas sacerdotais passa a condicionar as manifestações de Deus em meio à história de Israel. A purificação moral, aliada à observância cúltica, passa a determinar Israel. Ora, como o ser humano pode a cada vez mais romper sua aliança com deus através da imoralidade e da não observância das práticas culturais, surge um conjunto de práticas de auto-observação ou autovigilância do indivíduo, além de tipos expiatórios, baseados na ruptura da relação homem/Deus, causada pelo pecado. Isso condiciona um tipo de existência sem espontaneidade e criatividade. O controle da espontaneidade por preceitos morais sacerdotais engendra uma pluralidade de *exercícios ascéticos*, pensamentos e paixões não podem se manifestar sem a avaliação promovida pelo conjunto de preceitos morais (CABRAL, 2014, p. 461, grifo do autor).

Segundo Nietzsche, esse conceito divino transmutado torna-se um instrumento nas mãos da classe sacerdotal, uma mendaz e falsificadora interpretação moral “que passa a interpretar toda felicidade como recompensa, toda infelicidade como castigo por desobediência a Deus, como ‘pecado’” (NIETZSCHE, 2007, p. 30). “Pode-se, então, dizer que com a ascensão do estamento sacerdotal, aconteceu uma dupla falsificação psicofisiológica: uma referente ao conceito de Deus e outra referente a moral” (CABRAL, 2014, p. 462). Nietzsche afirma que com essa interpretação moral dos sacerdotes “o conceito natural de ‘causa’ e ‘efeito’ é definitivamente virado de cabeça para baixo” (NIETZSCHE, 2007, p. 30).

Por “conceito natural”, Nietzsche referia-se ao fato de que a concepção divina de Israel na “grande época dos reis”, bem como sua moral e autoconsciência desse povo, estavam ligadas estritamente à efetividade do mundo natural. Por essa razão, o filósofo inicia o aforismo 25 de “O Anticristo” destacando que nesse primeiro conceito de divindade “confiava-se na natureza, que trouxesse o que o povo necessitava”. Era uma relação baseada em necessidades naturais humanas para com o mundo ao seu redor e para com seu Deus, razão pela qual o povo expressava-se singelamente “grato no tocante ao ciclo anual das estações e à boa fortuna na pecuária e agricultura”.

<sup>8</sup> Esse novo modo contratual que emerge na história como modo para se relacionar com sua divindade, não reflete mais uma relação resultante da abundância de vida, de dádivas da natureza, de concessão de vitórias, de uma divindade que concede força, mas como uma relação que se baseia em um código moral, religioso, prescritivos mediante o que Deus abençoa ou amaldiçoa, ajuda ou castiga a depender de sua conformação obediente as suas leis, segundo Nietzsche. Nesse código, até a divindade fica sujeita a condições; não é mais um ser livre adorado por homens livres. Nietzsche explicita isso ao afirmar: “Javé, o deus da ‘justiça’ – não mais uma unidade com Israel, expressão do amor-próprio de um povo: apenas um deus sujeito a condições[...]” (NIETZSCHE, 2007, p. 30).

Em uma cosmovisão como essa, a “causa” e o “efeito” e tudo mais estão ligados à natureza e ao mundo efetivo, de modo que em qualquer revés da natureza a divindade era invocada para prestar auxílio dentro da realidade mundana. Contudo, de acordo com Nietzsche, com a interpretação corruptora e moralista sacerdotal, desvelou-se outra causa não natural para a vida, não mais inscrita na efetividade do mundo, mas uma causa espiritual, metafísica, alienada, baseada na moral do indivíduo; uma causa antinatural. Assim, Nietzsche aponta, a partir da leitura de Wellhausen, a classe sacerdotal emergente no declínio do período monárquico de Israel como a responsável pela desnaturação do conceito de Deus e da moral:

Os judeus são o povo mais singular da história universal, pois, colocados ante a questão de ser ou não ser, preferiram o ser a *todo custo*, com deliberação perfeitamente inquietante: esse custo foi a radical *falsificação* de toda a natureza, naturalidade e realidade, de todo o mundo interior e também do exterior. Eles puseram-se à parte, *contrariamente* a todas as condições nas quais era possível, era *permitido* um povo viver até então, eles criaram a partir de si mesmos um conceito oposto às condições *naturais* – eles inverteram, sucessivamente e de modo incurável, a religião, o culto, a moral, a história, a psicologia, tornando-os a *contradição de seus valores naturais*. (NIETZSCHE, 2007, p. 28, grifos do autor).

Para o filósofo, a moral que emerge da interpretação religiosa sacerdotal durante o período de declínio de Israel é alienada da realidade efetiva do mundo; uma abstração da vida como tal e de seus instintos naturais; uma moral desnaturalizada, transvalorizada nocivamente e, sobretudo, falsificadora.

O que Nietzsche aprende de Wellhausen não é apenas o caráter secundário e tardio da Lei para o judaísmo – Lei bem posterior a Moisés –, mas a falsificação de textos religiosos da qual se mostrou capaz a casta sacerdotal para assentar sua autoridade. Essa falsificação, que consiste na reescritura do Pentateuco a partir do Código sacerdotal, foi produzida na época pós-exílio do Segundo Templo (COHEN-HALIMI, 2016, p. 69).

A perspectiva de Nietzsche é a de que a classe sacerdotal interpretou mentirosamente toda a história judaica até então, afirmando que Israel teria sido destruída porque seus ancestrais não haviam guardado a Lei de Moisés. Eles haviam infligido uma “ordem moral” que há no mundo, estabelecida pelo próprio Deus, que explica aos homens o que eles devem ou não fazer, a partir da qual a obediência é recompensada ou punida quando desconsiderada. Quando a vontade de Deus é feita, segundo o sacerdote, se instaura um “estado de coisas” que está sob o domínio de sua vontade, sob seu governo e daí se extrai a ideia do “reino de Deus”.

O valor de uma época, de um povo e de um indivíduo passa a ser medido pela a obediência a essa vontade divina. Esse “estado de coisas” que está sob a vontade de Deus, debaixo do seu reino, passa a ser almejado e o meio pelo qual se chega a isso é realizando na terra a vontade de Deus. E como se conhece qual é a vontade de Deus? Para oferecer essa resposta, os sacerdotes, segundo Nietzsche, tiveram de reinterpretar as Escrituras hebraicas para mostrar seu ponto de vista, promovendo a falsificação e uma corrupção psicológica da divindade e da moral de Israel através de uma adulteração dos documentos canônicos:

Os sacerdotes realizaram esse milagre de falsificação, cujo documento é boa parte da Bíblia: com inigualável desprezo por toda tradição, por toda realidade histórica, *traduziram em termos religiosos* o próprio passado de seu povo, ou seja, fizeram dele um estúpido mecanismo salvador, de culpa em relação a Javé e castigo, de devoção a Javé e recompensa. Sentiríamos esse infame

ato de falsificação histórica de maneira muito mais dolorosa, se a milenar interpretação eclesiástica da história não nos tivesse quase embotado para as exigências da retidão in historicis [em coisas históricas]. E os filósofos secundaram a Igreja: a *mentira* da “ordem moral do mundo” perpassa a evolução inteira da filosofia moderna. Que significa “ordem moral do mundo”? Que existe, de uma vez por todas, uma vontade de Deus quanto ao que o homem tem e não tem de fazer; que o valor de um povo, de um indivíduo, mede-se pelo tanto que a vontade de Deus é obedecida; que nas vicissitudes de um povo, de um indivíduo, a vontade de Deus mostra ser *dominante*, isto é, punitiva e recompensadora, segundo o grau da obediência. A *realidade*, no lugar dessa deplorável mentira, é a seguinte: uma espécie parasitária de homem, que prospera apenas à custa de todas as formas saudáveis de vida, o *sacerdote*, abusa do nome de Deus: ao estado de coisas em que o sacerdote define o valor das coisas ele chama “reino de Deus”; aos meios pelos quais um tal estado é alcançado ou mantido, “a vontade de Deus”; com frio cinismo ele mede os povos, as épocas, os indivíduos, conforme beneficiem ou contrariem a preponderância dos sacerdotes. Observemo-los em ação: nas mãos dos sacerdotes judeus, a *grande* época de Israel tornou-se uma época de declínio; o exílio, a longa desventura transformou-se em eterna *punição* pela grande época – um tempo em que o sacerdote ainda não era nada... (NIETZSCHE, 2007, p. 31, grifos do autor).

Na perspectiva de Nietzsche: Quem está por trás de todos esses conceitos e valores como “ordem moral do mundo”, “vontade de Deus”, “reino de Deus”? Quem interpretou toda essa realidade, toda a história, a moral, as Escrituras e a religião de Israel? Segundo Nietzsche, é a vontade de potência do sacerdote judeu. “O pressuposto da interpretação nietzschiana não é outro senão o caráter interpretativo da vontade de poder aplicado ao contexto da história de Israel” (CABRAL, 2014, p. 464). Em outras palavras, a vontade de potência dos sacerdotes se impôs a fim de dominar o rebanho judaico que se encontrava malgrado pelo declínio de sua nação, perdidos e desnorteados após o exílio sofrido, interpreta Nietzsche. Essa dominação se deu pela criação de valores morais antinaturais e pela interpretação falseadora que eles operacionalizaram sobre sua própria história e personagens nacionais.

Essa interpretação, para Nietzsche, negava todos os instintos afirmativos da vida, ascendentes e positivos da grande época de Israel, concebendo-os como negativos, pecaminosos e desobedientes à vontade de Deus. O sacerdote judeu, nessa perspectiva, é aquele que “mantém sob o seu jugo os fracos e os doentes, que não possuem a menor consciência acerca de sua fraqueza, e esse jugo consiste na fascinação que ele consegue exercer por intermédio de certas palavras” (COHEN-HALIMI, 2016, p. 62).

É a partir dessa revalorização sacerdotal que Nietzsche vê uma grande mudança no judaísmo; de sua grande época para a época de seu declínio, de um momento afirmador para outro negador da efetividade. A desnaturação dos valores ascendentes e afirmativos da vida por valores desnaturais, declinantes e negadores dos instintos afirmativos foi realizada pela classe sacerdotal, por uma “mentira”, uma “falsidade” “mendacíssima” (NIETZSCHE, 2007, p. 31). O que Nietzsche descreve é a transvaloração de todos os valores nobres, fortes, ascendentes e afirmativos da vida pela classe sacerdotal no interior de Israel<sup>9</sup>.

## A repetição histórica de autoconservação pelo cristianismo primitivo

Para Nietzsche, a mesma reinterpretação falseadora histórica e documentária realizada pela classe sacerdotal no período pós-exílico do povo judeu, com o propósito de conservar-se e vencer seus

<sup>9</sup> Esse fenômeno alia-se ao que Nietzsche denomina de “rebelião escrava da moral” destacada em seu escrito *Genealogia da moral* (NIETZSCHE, 1998)

opressores estrangeiros, foi operada pelos primeiros cristãos que igualmente praticaram uma corrupção psicológica deturpando o tipo fisiopsicológico do de seu redentor, a figura histórica de Jesus, transmitindo essa deturpação através dos escritos neotestamentários, como os Evangelhos, que fundam uma moral igualmente ressentida e vingativa contra os assassínios de seu mestre.

Segundo Nietzsche, os judeus cristãos não poderiam agir de outro modo porque tinham o mesmo “instinto judeu”, porque pertenciam à mesma “raça”. Segundo o filósofo, “isso é herança: apenas sendo herança atua como natureza”. Nietzsche enxerga a gênese do cristianismo genealogicamente somente possível em razão das condições fisiopsicológicas ressentidas e *décadents* dos judeus. Do mesmo modo como os judeus, diante do declínio de sua nação por causa do exílio, conseguiram conservar sua coesão nacional como uma transvaloração moral vingativa e uma reinterpretação falsificadora realizada pelos sacerdotes; os primeiros cristãos, ante o declínio de sua comunidade em decorrência da morte do galileu, teriam operado o mesmo procedimento autoconservador.

Nietzsche mostra que o sucesso da comunidade inicial cristã em falsear e lograr êxito com a corrupção psicológica de seu messias só foi possível por causa do judaísmo no qual essa comunidade se encontrava. Eles repetiram o *modus operandi* do judaísmo sacerdotal, segundo o filósofo. Para Nietzsche, a história do judaísmo pós-exílico é paradigmática para a comunidade cristã inicial, que procedeu do mesmo modo, com uma diferença: os primeiros cristãos teriam usado o método de conservação contra seus compatriotas, os próprios judeus, enquanto o judaísmo pós-exílico usou do falseamento e da corrupção somente contra os não-judeus, conforme o aforismo 44 de “O Anticristo”. Sendo assim, na perspectiva do filósofo, a gênese do cristianismo é tomada como resultado de um imbricamento histórico onde, para sobreviver e se conservar, não há outra escolha a ser feita a não ser repetir a história de seus antepassados. É por isso que Nietzsche afirma sobre os primeiros cristãos: “[...] tão logo o abismo entre judeus e judeus cristãos se rasgou, não restou a estes últimos nenhuma escolha, a não ser empregar as mesmas procedimentos de autoconservação que o instinto judeu aconselhava” (NIETZSCHE, 1978, p. 353). Pelo menos no que tange à história dos judeus e dos cristãos judeus, Nietzsche parece dizer que há circunstâncias históricas em que não há outra escolha para sobreviver a não ser repetir procedimentos e estratégias de autoconservação usados anteriormente.

Contudo, essa repetição histórica somente se torna possível se as mesmas condições fisiopsicológicas se configurarem, criando assim os meios propícios a esses procedimentos autoconservadores. Para perpetuar-se na história é preciso repeti-la e, para que isso ocorra, se faz necessária certa configuração fisiopsicológica apropriada na qual o fato histórico emergiu. Por isso Nietzsche insiste que os cristãos primitivos só foram capazes de engendrar os mesmos procedimentos de autoconservação que os judeus no período pós-exílio em razão de terem o mesmo “instinto judeu”, a mesma “raça”; isso é, de possuírem as mesmas condições fisiopsicológicas e as mesmas configurações pulsionais *décadents* a tal ponto de Nietzsche poder dizer: “O cristão é apenas um judeu de confissão ‘mais livre’” (NIETZSCHE, 1978, p. 355). Engana-se, contudo, quem pensar ser somente o judeu categorizado por esse “instinto”. Em outro aforismo Nietzsche diz:

O pietista, o sacerdote de ambos os sexos, é falso porque é doente: seu instinto exige que em nenhum ponto a verdade obtenha seu direito. “O que faz doente é bom; o que vem da plenitude, da abundância, do poder, é mau”: eis o modo de sentir do crente. Não ter escolha senão a mentira – nisso percebo quem é predestinado a ser teólogo (NIETZSCHE, 2007, p. 62).

Para o filósofo, esse instinto não pertencia apenas aos judeus do período pós-exílico ou aos judeus cristãos primitivos; pertence a todo aquele cuja configuração pulsional ou tipo fisiopsicológico seja *décadent* o bastante a ponto de valorar falsamente como bom aquilo que adoece seus impulsos

afirmativos e ascendentes de vida; nesse caso o “crente” ou aquele que tem o “instinto de teólogo”. Com isso, longe de restringir os possuidores de tal “instinto”, Nietzsche o abrange, pois afirma ter encontrado esse mesmo “instinto” de teólogo em toda parte; isso é, na filosofia, literatura e arte – ou seja, no esteio axiológico de sua cultura europeia que ainda estava estabelecido sobre um fundamento metafísico que é, para o filósofo, sintoma de um estado fisiológico declinante, negador da efetividade e da vida como tal. Eis porque Nietzsche afirma: “A esse instinto de teólogo eu faço guerra: encontrei sua pista em toda parte” (NIETZSCHE, 2007, p. 15).

## Considerações Finais

Em “O Anticristo”, Nietzsche combate o “instinto de teólogo” presente nos saberes de sua época em toda a cultura europeia, pois ele é um substrato da metafísica platônica-cristã, cuja dissolução ou *décadence* produz o niilismo e faz com que ele permaneça dominando e comandando a civilização. Se assim for entendido, haveria Nietzsche avistado em sua época as mesmas condições fisiopsicológicas ou o mesmo “instinto” necessário para que a história de autoconservação de um povo por meio da mentira se repetisse. Acolhida essa hipótese, Nietzsche contemplaria em seu próprio tempo mais um imbricamento histórico de declínio e *décadence* diante do qual se pôs a encontrar outra saída para a civilização europeia (o seu projeto de transvaloração?), a fim de evitar que não restasse a ela outra escolha a não ser cair novamente na mentira metafísica presente na arte, filosofia, política e literatura de seus dias, bem como na fatídica repetição histórica dos judeus do período pós-exílico e dos cristãos primitivos do primeiro século, assim como entendia.

## Referências

- ALMEIDA, R. M. A. *Nietzsche e o paradoxo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- CABRAL, A. M. *Niilismo e hierofania: uma abordagem a partir do confronto entre Nietzsche, Heidegger e a tradição cristã*. Rio de Janeiro: Editora Faperj, 2014.
- COHEN-HALIMI, M. Nietzsche e “o povo mais fatal da história universal”. *Cadernos Nietzsche*, v. 37, n. 2, p. 47-82, 2016.
- HOLUB, R. C. *Nietzsche’s Jewish problem: between anti-semitism and anti-judaism*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- NIETZSCHE, F. *Obras Incompletas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, F. *O Anticristo e ditirambos de Dionísio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SMITH, R. L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. Editora Vida Nova: São Paulo, 2001.

Como citar este artigo/How to cite this article

LOPES, K. F. P. A relação cristianismo-judaísmo problematizada em O Anticristo. *Reflexão*, v. 45, e204844, 2020. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v45e2020a4844>

Recebido em 19/2/2020, versão final em 4/6/2020 e aprovado em 4/9/2020.

Reflexão, Campinas, 45: e204844, 2020